

**Inquérito Civil nº 06.2019.00003137-8**

**TERMO DE COMPROMISSO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

O **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, por seu Órgão de Execução com atribuições na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de São João Batista, no exercício de suas atribuições na defesa do Meio Ambiente, doravante denominado **COMPROMITENTE** e, de outro lado, **SAULO AMORIM ME**, inscrito no CNPJ n. 82.913.112/0001-06, estabelecido na Rua Joaquim Silveira, 53, Centro, no Município de Major Gercino/SC, representado neste ato pelo proprietário **Saulo Amorim**, inscrito no CPF sob o n. 664.932.699-20 e portador do RG n. 16R-1.924.163, filho de João Jerônimo Amorim e Iracema Schmitt Amorim, acompanhado por seu advogado, Dr. Carlos Egídio Cordeiro Paulo, OAB/SC nº 46.198, doravante denominado de **COMPROMISSÁRIO** nos autos do Inquérito Civil nº 06.2019.00003137-8, a teor do disposto no art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985, e do art. 89 da Lei Complementar Estadual nº 197/2000, e

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis (art. 127, *caput*, da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público é órgão público encarregado de promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos (artigo 129, III, da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** a possibilidade do Ministério Público tomar compromisso de ajustamento de conduta, com fundamento no § 6º do art. 5º, da Lei n. 7.347, de 24 de julho de 1985;

**CONSIDERANDO** que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (artigo 225, *caput*, da Constituição Federal);

**CONSIDERANDO** que, de acordo com o artigo 225, § 3º, da Constituição Federal, as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados;

**CONSIDERANDO** a notícia de que o **COMPROMISSÁRIO** estaria

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA

exercendo atividade potencialmente poluidora, consistente no funcionamento de frigorífico/abatedouro, sem a devida licença ambiental de operação vigente (LAO), contrariando a legislação pertinente;

**CONSIDERANDO**, ainda, que a estação de tratamento de efluentes (ETE) do frigorífico estava em condições precárias, observando-se a falta de manutenção há bastante tempo, além de vazamentos de efluentes no solo, mormente em face do contido no Relatório de Fiscalização n. 10/2015, fls. 6-10;

**CONSIDERANDO** que o responsável legal pelo estabelecimento informou que tem interesse em retomar as atividades por ele exercida (abate de animais), fl. 23;

**RESOLVEM** formalizar o compromisso de ajuste de condutas, estabelecendo, para a sua efetividade, o cumprimento das medidas pactuadas, consistentes em obrigações de fazer e não fazer, mediante a formalização das seguintes cláusulas e respectivas sanções:

## 1. DO OBJETO

**CLÁUSULA PRIMEIRA:** Constitui objeto deste Termo de Ajustamento de Conduta a adequação total da atividade desempenhada pelo **COMPROMISSÁRIO** à legislação ambiental e sanitária (frigorífico/abatedouro).

## 2. DAS OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

**CLÁUSULA SEGUNDA:** O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a não reiniciar as atividades de abate, sem a prévia licença ambiental de operação e sem a prévia autorização da CIDASC, comprometendo-se, ainda, a encaminhar a esta Promotoria de Justiça, no prazo de 30 dias, da data concessão da LAO e da licença da CIDASC.

**CLÁUSULA TERCEIRA:** O **COMPROMISSÁRIO** compromete-se a operar de acordo com a legislação ambiental, especialmente no que tange ao cumprimento da Resolução CONSEMA n. 98/2017, ou superveniente.

**CLÁUSULA QUARTA:** O **COMPROMISSÁRIO** assume, ainda, a obrigação de não retomar suas atividades enquanto não ocorrer a regularização da estação de tratamento de efluentes – ETE, que deverá estar em boas condições de operação e apresentar resultados satisfatórios, devidamente comprovados por laudos laboratoriais que atestem a sua eficiência, que deverão ser confeccionados anualmente, às suas expensas;

**Parágrafo Primeiro:** Os laudos laboratoriais deverão ficar arquivados na sede do estabelecimento **COMPROMISSÁRIO** e apresentados aos Órgãos competentes sempre que solicitados;

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA

**Parágrafo Segundo:** Fica autorizado o descarte do laudo após o decurso de 5 (cinco) anos, contados da data de sua emissão;

**Parágrafo Terceiro:** A emissão do laudo não desobriga a fiscalização dos Órgãos ambientais, tampouco impede a adoção das medidas pertinentes em caso de eventual irregularidade.

**CLÁUSULA QUINTA:** O cumprimento das obrigações contidas neste instrumento não exime o **COMPROMISSÁRIO** de atender as demais exigências legais por parte dos órgãos fiscalizadores, muito menos representa obstáculo às ações fiscalizatórias independentes.

**CLÁUSULA SEXTA:** Para a comprovação do descumprimento do avençado neste termo de ajustamento de condutas, basta a emissão de relatório, auto de intimação, constatação ou de infração, ou, ainda, documento próprio lavrado por quaisquer dos órgãos de fiscalização ou por servidor do Ministério Público ou Judiciário.

### 3. DA FISCALIZAÇÃO

**CLÁUSULA SÉTIMA:** Os Órgãos de Fiscalização (MAPA, CIDASC, Vigilância Sanitária), por intermédio de seus agentes, fiscalizarão periodicamente, sem prejuízo de eventual requisição ou denúncia, o cumprimento deste termo, elaborando formulário no qual conste o cumprimento ou não das normas deste compromisso, a requerimento do Ministério Público, sem aviso prévio;

**Parágrafo Único:** O **COMPROMISSÁRIO** obriga-se a não se opor à vistoria pelos órgãos competentes, colaborando com a ação fiscalizadora.

### 4. DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

**CLÁUSULA OITAVA:** O **COMPROMITENTE** compromete-se a não utilizar os instrumentos jurídicos cabíveis em desfavor do **COMPROMISSÁRIO**, no que diz respeito aos itens ajustados, caso estes sejam devidamente cumpridos, bem como fiscalizar o cumprimento do presente Termo de Ajustamento de Conduta;

**Parágrafo Único:** Eventuais valores despendidos com o custeio de perícias a serem realizadas, no caso de funcionamento das atividades de abate e se houver dúvida acerca da compatibilidade, deverão ser ressarcidos ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados pelo **COMPROMISSÁRIO**.

### 5. DA MULTA PELO DESCUMPRIMENTO

**CLÁUSULA NONA:** O descumprimento ou violação de quaisquer das cláusulas deste Termo implicará, a título de cláusula penal, no pagamento de multa

1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA

no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês, até a regularização ou paralização das atividades, exigível do **COMPROMISSÁRIO**, cujo valor será atualizado de acordo com índice oficial - INPC, desde a data da celebração deste Termo de Ajustamento de Condutas até a data do efetivo desembolso, que será revertida em prol do Fundo para Reconstituição dos Bens Lesados;

**Parágrafo Primeiro:** Além do pagamento da multa, o descumprimento ou a violação de qualquer dos compromissos assumidos facultará a execução do presente termo de compromisso de ajustamento de conduta, que equivale a título executivo extrajudicial, ou então o aforamento de Ação Civil Pública, a critério do Ministério Público;

**Parágrafo Segundo:** Para a execução da referida multa e tomada das medidas legais pertinentes, será necessário tão somente relatório, auto de constatação ou qualquer outro documento equivalente comprovando o descumprimento/violação.

## 6. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**CLÁUSULA DÉCIMA:** As partes poderão rever o presente ajuste, mediante termo aditivo, o qual poderá incluir ou excluir medidas que tenham por objetivo o seu aperfeiçoamento e/ou se mostrem tecnicamente necessárias.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:** Este título executivo não inibe ou restringe, de forma alguma, as ações de controle, monitoramento e fiscalização de qualquer órgão público, tampouco limita ou impede o exercício, por ele, de suas atribuições e prerrogativas legais e regulamentares.

**Parágrafo Primeiro:** Eventuais questões decorrentes deste compromisso serão dirimidas no Foro da Comarca de São João Batista/SC, local em que está sendo firmado o presente ajuste.

**Parágrafo Segundo:** O presente Termo poderá ser protestado perante o Cartório de Protesto de Títulos.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:** O presente Termo entrará em vigor a partir da data da sua celebração.

Assim, justos e acertados, para que surta seus jurídicos e legais efeitos, as partes firmam o presente Termo de Compromisso de Ajustamento de Condutas em três vias de igual teor, com eficácia de título executivo extrajudicial, nos termos do art. 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/1985.

## 7. DO ARQUIVAMENTO

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:** O **COMPROMISSÁRIO** fica desde já cientificado de que com a formalização do presente Termo de Ajustamento de

**1ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE SÃO JOÃO BATISTA**

Conduta será promovido o arquivamento do presente Inquérito Civil, sendo possível, até a data da sessão do Conselho Superior do Ministério Público que apreciar a promoção de arquivamento, apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos, nos termos do art. 50 do Ato PGJ nº 00395/2018.

São João Batista, 30 de agosto de 2019.

**Nilton Exterkoetter**  
Promotor de Justiça

**Saulo Amorim ME**  
Compromissário

**Carlos Egidio Cordeiro Paulo**  
OAB/SC 46.198